

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.843 - RJ (2019/0232133-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
AGRAVANTE : LAIS BRUM DA SILVA
ADVOGADO : ADEMIR SILVA ALMEIDA - RJ115344
AGRAVADO : LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A
ADVOGADOS : LUIZ CARLOS ZVEITER - RJ071132
OTÁVIO DE OLIVEIRA PORTO - RJ141706

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. FRAUDE NO MEDIDOR. LEGITIMIDADE DO TERMO. COMPETÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO. REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO.

DECISÃO

Lais Brum da Silva interpôs recurso especial, fundamentado na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ, fl. 265):

APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO. Serviço de Energia Elétrica. Lavratura de TOI. Autora que não desconstituiu a presunção de legitimidade do termo, por quaisquer meios de prova. Evidente irregularidade na medição, pois o consumo nos meses abarcados pelo TOI foi consideravelmente inferior àquele do mês em que foi lavrado o Termo de Ocorrência, bem como ao dos meses seguintes.

É legítima a recuperação de consumo, pois não se pode admitir que o consumidor usufrua do serviço sem pagar a devida contraprestação à concessionária de energia. Constatação de legitimidade do TOI. Regular a atuação da concessionária de energia elétrica, não há que se falar em configuração de dano moral à consumidora. Prejudicado o recurso adesivo interposto pela autora, que pretendia a majoração do valor compensatório pelo dano moral, bem como a repetição do indébito em dobro.

PROVIMENTO DO RECURSO DA RÉ, PREJUDICADO O RECURSO DA AUTORA.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 308-320), a recorrente alegou violação aos arts. 6º, VI e VIII, do Código de Defesa do Consumidor; 186 e 927 do Código Civil; e 5º, X, XXXV e LV, e 175 da Constituição Federal.

Sustentou, em síntese, a inobservância aos direitos básicos do consumidor,

Superior Tribunal de Justiça

notadamente em relação à necessária inversão do ônus da prova.

Defendeu ser dever da concessionária a prova técnica de fraude no medidor.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo.

Brevemente relatado, decido.

Colhe-se dos autos que a discussão trazida no recurso especial envolve a inadequação na prestação de serviço público concedido pela ora agravada, cuja matéria é de competência da Primeira Seção e de suas respectivas Turmas, conforme o disposto no art. 9º, § 1º, XIV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, consoante assentado pela Corte Especial do STJ no Conflito de Competência Interna n. 138.045/DF, "se a controvérsia gira em torno da inadequação na prestação de serviço público concedido e da responsabilidade civil (contratual ou não) decorrente, não há como dissociar do caso concreto a natureza jurídica de Direito Público" (Relator para o acórdão o Ministro Herman Benjamin, DJe de 10/10/2016).

Em casos semelhantes ao dos autos, os integrantes das Turmas que compõem a Primeira Seção já se pronunciaram, como se colhe do seguinte precedente, a título exemplificativo: AREsp 1.389.814/MS, Relator o Ministro Sérgio Kukina, DJe de 11/6/2019.

Ante o exposto, determino sejam os autos encaminhados para redistribuição a um dos Ministros integrantes das Turmas que compõem a Primeira Seção.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator